

**DINÂMICAS DO MUNDO RURAL:  
ETNOGRAFIAS DA MUDANÇA**

Colette Callier-Boisvert

**Soajo, entre Migrações e Memórias**Lisboa-Paris, FCG / Centre Culturel  
Calouste

Gulbenkian, 1999, 317 páginas.

Manuela Raminhos

**Fronteiras da Identidade.****O “Outro” na Construção de um  
Lugar****na Serra de Grândola**Oeiras, Celta Editora, 2004, 135  
páginas.

Clara Saraiva

**Luz e Água.****Etnografia de um Processo de  
Mudança**

EDIA, 2005, 356 páginas.

Hoje aceita-se pacificamente a ideia de que a sociedade portuguesa se transformou de uma forma substancial e inequívoca no espaço de poucas décadas, mas esta ideia, tida por clara e evidente, nem sempre é discutida de forma a perceber de um modo consistente esse processo de mudança. Tratando-se de uma questão transversal, passível de ser olhada a partir da economia, da história ou da ciência política, ela oferece também à antropologia um prometedora, mas pouco visitado, campo de trabalho. Um tema tão central como o da relação entre tradição e mudança e, numa perspectiva mais ampla, tudo o que decorre daquilo a que podemos chamar dinâmica social, encontra aqui um amplo espaço de debate e análise. Três obras publicadas há relativamente pouco tempo podem ser lidas neste quadro, constituindo formas diferentes, e até certo ponto complementares, de

abordar processos de mudança social a partir da antropologia. Trata-se dos trabalhos de Collete Callier-Boisvert (2004), *Soajo, entre Migrações e Memórias*, de Manuela Raminhos (2004), *Fronteiras da Identidade. O “Outro” na Construção de um Lugar na Serra de Grândola* e de Clara Saraiva (2005), *Luz e Água. Etnografia de um Processo de Mudança*. A intenção por detrás de cada uma destas obras é bem distinta, como distintas são também as estratégias de construção narrativa. O que têm em comum e permite pensá-las em conjunto é o traçar de diferentes retratos de um processo complexo, sublinhando alguns tópicos tão relevantes como a desagregação de um certo mundo rural, a afirmação e a resistência a formas de modernidade tardia, o impacto dos fluxos migratórios ou a consolidação de novas representações sobre o património.

De facto, ainda que o façam de forma diferente, qualquer destas obras se confronta com processos de mudança, introduzindo no discurso um fio temporal que se pauta, para simplificar, num contraponto entre o *antes* e o *agora*. São diferentes, porém, as formas de construção desse registo. O livro de Callier-Boisvert é, na verdade, uma colectânea de artigos que dão conta da longa relação da investigadora com um terreno concreto, o Soajo. Tendo chegado pela primeira vez à aldeia no começo dos anos 60, Callier-Boisvert voltou ali no final dos anos 80, regressando depois todos os anos até 1998. Este longo contacto com a realidade soajeira, mesmo tendo em conta o longo hiato de 23 anos em que se manteve distante, permitem-lhe dar conta e explicar, de forma sustentada, importantes mudanças estruturais. São três os temas que atravessam o livro: a emigração, entendida como uma constante estrutural com que há que lidar de forma a atenuar o seu impacto na comunidade; os modos de articulação entre o público/privado e individual/colectivo e os processos identitários,

que a autora convoca para discutir as formas de resistência e adaptação face a um contexto de mudança (p. 18).

Com a publicação da sua tese de mestrado em “Antropologia, Patrimónios e Identidades”, Manuela Raminhos oferece-nos um outro olhar sobre a mudança num contexto rural. Também neste caso a migração ocupa um lugar central, mas do que se trata aqui é de mostrar o impacto da chegada de estrangeiros, sobretudo do Norte da Europa, a uma aldeia alentejana. Enquadrada por aquilo que pode designar-se por “vaga neo-rural”, a presença destes imigrantes permite à autora construir também aqui uma narrativa acerca da dinâmica social, nomeadamente quando mostra o modo como a comunidade confronta antigo e moderno e demarca sinais de pertença e de exclusão. Também nesta obra a argumentação se constrói na centralidade dos processos identitários, procurando mostrar de que forma as representações sociais dominantes se adequam e interagem com uma nova realidade social. A mudança, induzida pela chegada de novos segmentos populacionais que transportam consigo representações do mundo bem diversas das que dominam localmente, acaba por ser controlada socialmente, através de um reajustamento da mundivisão e do discurso da identidade que permite conservar o essencial.

A trasladação da aldeia da Luz, provocada pela construção da barragem de Alqueva, permite, também ela, e a seu modo, pensar os processos de mudança. Trata-se de uma abordagem bastante diferente das que acabámos de referir, desde logo pela singularidade do processo analisado, mas também porque a forma de construção do texto etnográfico obedece a uma lógica distinta das anteriores. Preocupada, fundamentalmente, com a descrição do processo, Clara Saraiva oferece-nos um trabalho de grande riqueza etnográfica, surgindo os debates “antes/agora” e “antigo/moderno” sob uma

forma mais impressiva que analítica. De alguma forma é o leitor quem tem que partir de uma descrição etnográfica densa para a problematização do tema e mesmo para a procura das sínteses que o transportem do particular para o geral. Este exercício de distanciamento face ao texto impresso, para o qual o leitor é conduzido, é também aquele que torna mais rico um olhar cruzado sobre os três trabalhos que vimos referindo.

Na “Conclusão” do seu livro, Callier-Boisvert coloca a questão da mudança de forma algo inesperada, pois inverte o ponto de focagem do olhar. Fá-lo quando recorda que em 1962, no primeiro contacto com a comunidade, as mulheres do Soajo a olhavam com uma mescla de comiseração e de curiosidade perplexa, parecendo-lhes inacreditável que alguém se pudesse interessar por aquela aldeia e seu modo de vida: “Vossemecê gosta disso? É muito feio”, era o que então lhe diziam. Porém, trinta anos depois, quando retorna à povoação, depara com outro tom e outras certezas: “Gosta do Soajo? É muito bonito” (p. 273). Nas três décadas que medeiam estas duas representações da comunidade pelos seus nativos, sucederam mudanças de diferente natureza, mas se procurarmos o factor fundamental dessa mudança podemos seguramente dizer que ele se encontra nas relações da aldeia com o exterior. No seu texto, a autora enfatiza a importância da emigração, que surge como consequência da transformação social, mas também como agente polarizador dessa mudança. A mobilidade da população é pois o factor central do processo. É essa mobilidade que altera o padrão demográfico, do mesmo modo que põe em causa a estratificação social e que transporta novas ideias e valores que permitem ver o mundo com outros olhos.

Opanorama de Santa Margarida da Serra, aldeia estudada por Manuela Raminhos, não é substancialmente diferente. Também aqui a emigração fez o seu percurso, muito

embora a ausência de uma relação de posse com a terra tenha, em muitos casos, desincentivado o regresso. O que torna mais estimulante o confronto deste contexto com o Soajo é, todavia, o modo específico como cada uma das comunidades reencontrou um novo ponto de equilíbrio. Importa notar que não se fala aqui de equilíbrio num sentido homeostático, mas apenas enquanto conciliação entre o (re)conhecido e o novo. No caso estudado por Manuela Raminhos, essa conciliação passa pela atribuição de um lugar social definido para os imigrantes que nas últimas décadas procuraram a aldeia. A um primeiro olhar é justamente a ausência de lugar social aquilo que mais releva, até porque os neo-rurais, provenientes de países distantes, são vistos como os “outros que não são dos nossos” (p. 79). Porém, um olhar mais atento revela um jogo de equilíbrios que refunda a ordem social: “os estrangeiros ocuparam, simbolicamente, na estrutura social, o lugar deixado vago pelos assalariados rurais” (p. 85). Os recém-chegados, ao tomar conta dos montes que outrora foram ocupados pelos assalariados rurais, permitem recriar a relação *tradicional* entre os que cedem terras e casas e os que as tomam de empréstimo (p. 91). Se a chegada de estrangeiros, vindos de países ricos, transportando consigo concepções do mundo consideradas localmente como estranhas, poderia constituir uma ameaça à visão do mundo local, o que acaba por se verificar é a ductilidade de um padrão que se revela capaz de se reajustar a uma nova realidade. Muito embora provenham de países ricos e desenvolvidos, é de subalternidade o lugar que lhe é reservado: distantes da “alma portuguesa”, é fácil acusarem-nos de “serem uns mal encarados, de não terem certos cuidados com o corpo, e de terem comportamentos feios” (p. 93). Voltando à questão do reequilíbrio, é importante sublinhar como se recorre ao passado, isto é, a uma representação e a uma memória

colectiva do ‘antigamente’, para se recompor o presente.

No Soajo a recomposição simbólica da comunidade faz-se de uma forma diferente. É necessário começar por perceber o diferente peso do vector *património* relativamente a cada um dos contextos. Diferença que se manifesta a dois níveis. Por um lado, pela forte relação da população soajeira com a terra, que não só favorece o regresso, como, durante muito tempo, quase excluiu as mulheres da emigração, já que a elas competia garantir a continuidade da comunidade. Mas a noção de património revela-se também importante a um outro nível. Trata-se do modo como o forte sentido identitário dos soajeiros, assente numa convicção de singularidade (p. 16), se revitaliza através de algo que podemos designar por invenção do património: “uma ideia nova começa a abrir caminho entre os soajeiros, largamente orquestrada pela Junta e a Assembleia de Freguesia: a da existência de um património local a preservar, se se quer aplicar numa política de desenvolvimento do turismo rural” (p. 217). Segundo a autora, esta consciência do património decorre da elevação do nível de vida, da circulação de homens e ideias, da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, da diminuição do isolamento da aldeia e ainda do desenvolvimento do turismo rural (p. 247). O que importa aqui sublinhar, para dessa forma traçar um paralelismo com o que foi referido a propósito de Santa Margarida da Serra, é que, no caso do Soajo, é a consciencialização do património que constitui o instrumento que permitiu recompor a identidade soajeira num momento em que ela parecia diluir-se. A conclusão de Callier-Boisvert é, neste aspecto, bem elucidativa: “o estudo da sociedade soajeira durante um longo período permitiu pôr em evidência a sua resiliência, quer dizer a sua capacidade de manter a sua coesão através da mudança” (p. 279).

A situação da aldeia da Luz é muito particular. Não estamos aqui perante um tempo longo, aquele que parece afinar-se com a dinâmica quase invisível da memória colectiva, mas perante uma mudança brusca e induzida de fora para dentro da comunidade. Vejamos como Clara Saraiva coloca a questão: “Neste período conturbado, a memória colectiva da Luz foi sendo construída aliando as noções de um tempo e espaço suspensos: a partir daí, esses elementos foram medidos através do marco que constitui a mudança da aldeia – o tempo e o espaço na velha aldeia e o seu contraponto, o tempo na nova aldeia. O tempo na velha aldeia passou após a sua destruição a corporizar um tempo mítico” (p. 157). O binómio antes/agora encontra, neste caso concreto, uma baliza singular, cuja proximidade ao presente é reveladora da dimensão mitificadora que o estrutura. De facto, diz-nos a autora, o tempo anterior à construção da barragem começa a ser visto como um período mítico em que todos se davam bem, por contraponto ao tempo de discórdia que o processo de construção teria gerado (p. 324). Apesar do diferente ritmo da mudança que viveu a aldeia da Luz face aos outros contextos que referimos, também em relação a ela os sinais de modernidade vêm acompanhados da ameaça de diluição da própria ideia de comunidade. À semelhança de Santa Margarida da Serra, também na Luz é clara a demarcação entre os que pertencem à comunidade e os que lhe são estranhos. Esta sinalização inequívoca permitiu, até um certo momento, a união das pessoas frente a um inimigo comum (p. 213), mas com o decorrer do processo de construção da nova aldeia as fracturas internas, decorrentes da estratificação social, acabaram por marcar as relações entre os luzenses. O reencontro de um ponto de equilíbrio é, neste caso, mais ambíguo, sendo necessária, provavelmente, uma avaliação a mais longo prazo. Todavia,

vale a pena referir dois aspectos, que, apesar de terem natureza diferente, parecem convergir enquanto factores de recomposição comunitária. Desde logo a inauguração do Museu da Luz que, nas palavras de Benjamim Pereira, pode “ajudar as pessoas a reencontrarem a sua identidade perdida nas águas do Alqueva, não apenas como memória do passado recente, mas também como instituição virada para o futuro” (p. 314). O outro aspecto é de natureza diferente, mas vai no mesmo sentido da procura de um denominador comum que possa conciliar a comunidade no pós-Alqueva. Trata-se da afirmação e promoção da ideia de que a aldeia se sacrificou para bem do país, dessa forma se congregando os seus habitantes em torno de um duplo estatuto, o de vítimas e o de heróis (p. 319).

Evidentemente que uma questão tão vasta como a mudança social tem vários pontos de abordagem, que permitem criar pontes e espaços de diálogo entre os três textos aqui abordados. Esta não é a ocasião para um itinerário exaustivo, mas há um aspecto que tem uma centralidade muito particular nestas obras e, por extensão, no país que elas retratam. Trata-se das modificações sofridas no mundo rural e que, pese embora a diferença de contextos e também de intenções de cada obra, se expressa em todas elas. Em *Soajo, entre Migrações e Memória*, são essas modificações que estruturam todo o confronto entre o *antes* e o *agora*. A autora fá-lo tanto de uma forma subtil, convocando temas aparentemente tão laterais como a transformação do calendário matrimonial (pp. 103 e seguintes) ou a evolução da taxa de ilegitimidade (pp. 79 e seguintes), como de uma forma mais incisiva, revelando a estrutura social e suas modificações e consequências. Para Callier-Boisvert a emigração colocou nas mãos das mulheres o encargo de manter a organização da comunidade (p. 23). Este foi, de resto, um aspecto que desde logo a

impressionou no primeiro contacto: no dia-a-dia daquelas mulheres pouco lugar havia para as “tarefas tipicamente femininas”, sendo as actividades principais as de substituição (p. 42). A ausência dos homens, além das inevitáveis consequências demográficas, repercutiu-se também ao nível dos mecanismos de reprodução social: “uma grande parte dos conhecimentos adquiridos na infância, nomeadamente o saber topográfico e toponímico, não se transmite directamente de uma geração a outra (...) o mesmo não acontece com a transmissão de conhecimentos por via feminina, pois que não existe a mesma ruptura entre as gerações provocada pela emigração” (p. 224). O que a autora constata, já em finais dos anos 80, é que a agricultura se encontrava nas mãos de mulheres que tinham entre 40 e 70 anos, por vezes mais, não estando assegurada a substituição geracional (p. 68). Sendo o Soajo uma dessas “aldeias comunitárias-modelos” (p. 21) com que a etnologia tantas vezes se fascinou e iludiu, é relevante para a autora mostrar como o modelo de entreaajuda reagiu à mudança: “para uma população envelhecida, menos resistente à fadiga, a entreaajuda torna-se um constrangimento cada vez mais pesado” (p. 202). A única solução, afirma, é cessar a actividade e sair do sistema, mas isso significa uma espécie de morte social. Esta sensibilidade aos factores de mudança e suas consequências permite uma panorâmica geral e muito profunda do processo, que vai da percepção das transformações na paisagem, decorrentes do abandono dos campos ou da modificação da relação casa/terras (p. 68), até à consideração do modo como os factores de estratificação social, por exemplo a alfabetização, se alteram com a emigração e consequente falta de mão-de-obra disponível (p. 43).

Nas outras duas obras a modificação do mundo rural está igualmente presente, mesmo não tendo um papel tão fortemente

estruturador no trabalho. O sentido dos fluxos migratórios surge, em *Fronteiras da Identidade*, como o indicador mais evidente das dinâmicas sociais. Se nos anos 50 Santa Margarida da Serra recebia assalariados rurais que ali procuravam trabalho, nos anos 60 a corrente inverte-se, assistindo-se a uma forte saída de margaridos. São vários os factores que explicam esta inversão, mas, para o que aqui nos ocupa, importa atender, fundamentalmente, às consequências. Na verdade, é o abandono das terras menos produtivas, aquelas que exigiam uma mão-de-obra mais intensiva, bem como uma forte quebra demográfica, que explica uma nova inversão dos fluxos migratórios nos anos 80: “Há 50 anos chegavam portugueses para trabalhar, agora ‘chega gente de todo o lado para descansar e o pior é que têm dinheiro para comprar tudo” (p. 3). Diz-nos Manuela Raminhos que a estrutura social local era marcada, há 50 anos atrás, por viver no monte ou na vila e que essa diferença, decorrente da relação com a propriedade, se foi esbatendo em consequência da emigração. São esses montes abandonados, e estigmatizados pela memória da forte dicotomia social, que se tornam atractivos para os neo-rurais, abrindo à comunidade um novo campo de leitura simbólica da estrutura social: “É a presença deste grupo, que não trabalha, que irá permitir à comunidade anfitriã a construção da diferença: nós, os margaridos; eles, os estrangeiros” (p. 91).

Em *Luz e Água* a questão das modificações do mundo rural é revelada a partir de uma espécie de reconstituição do passado a partir da memória colectiva (*e.g.* pp. 53 e seguintes). A preocupação da autora vai, naturalmente, para essa mudança mais contida no tempo, que é a da transferência da aldeia. Em todo o caso, a demografia é suficiente para perceber que a aldeia da Luz passa por um processo evidente de desagregação – os 704 habitantes de 1960 ficam

reduzidos a cerca de metade em 2001. Mas talvez mais importante que reiterar aqui os factores e as consequências deste êxodo, seja convocar um aspecto muito específico, mas que nos parece relevante na compreensão do modo como a modernidade se manifesta e interage com a vontade de conservação. Trata-se da procura de um difícil equilíbrio, questão que tem enorme importância no processo que Clara Saraiva analisa: “As pessoas da aldeia viram-se apanhadas num mundo de globalização e profunda mudança em que se cruzaram perspectivas e sentimentos diferentes. Por um lado eles recusavam o tempo antigo e todos os símbolos que remetiam para esse tempo (...). No entanto as pessoas queriam *the best of two worlds* e invocam o seu modo de vida rural para reivindicarem cozinhas de lume com áreas maiores que lhes permitissem continuar a tradição da matança do porco, da preparação das carnes e do fumeiro” (p. 217). Existe, pois, uma leitura específica da modernidade que sugere a sua incompatibilidade com um conjunto de práticas vistas como arcaicas e de algum modo poluentes, como é o caso da matança do porco. Esta questão é tão mais relevante quanto nela se manifestam as diferenças sociais da comunidade. De facto, as pessoas mais abastadas, muito embora preferissem também a modernidade, manipulavam-na de forma a conservar o seu estatuto social (p. 217). O caso muito particular da aldeia da Luz parece conduzir a uma polarização de indicadores de mudança, que num contexto diferente, de mudança contida e não tão acelerada, se revelariam, provavelmente, mais discretos. Um desses sinais é a revitalização da tradição, expressa, por exemplo, na recuperação do jogo do cântaro (p. 128). Outro sinal é o protagonismo assumido pelas mulheres luzenses no quadro das negociações para a construção da nova aldeia. Para Clara Saraiva esse protagonismo não ficou a dever-se apenas ao

facto de as mulheres estarem mais presentes na povoação, pois, para lá disso, “as mulheres conseguiram também alterar a sua condição num mundo marcado pela hegemonia masculina e fazer valer o seu papel na família e no todo social” (p. 198). Na Luz, do mesmo modo que no Soajo, assiste-se a uma divergência entre o discurso, que vinca a manutenção dos lugares sociais, e a prática quotidiana, que abre espaços de participação feminina num processo mais amplo de mudança social. Mais importante

que classificarmos esse processo, tal como outros de que aqui procurámos dar conta, na modernidade, é perceber as dinâmicas complexas que o atravessam. Nelas, *conservação* e *mudança* não são simples antónimos, mas termos que interagem na definição do quotidiano, demarcando um território fecundo de reflexão etnográfica.

*Luís Cunha*

Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade do Minho